



Universiteit
Leiden
The Netherlands

A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte

Souza Braga, F. de

Citation

Souza Braga, F. de. (2020, March 12). *A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte*. CRC Press/ Balkema, Leiden. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/86279>

Version: Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/86279>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/86279> holds various files of this Leiden University dissertation.

Author: Souza Braga, F. de

Title: A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte

Issue Date: 2020-03-12

5

AS MANIFESTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E AS USINAS HIDRELÉTRICAS DE GRANDE PORTE²⁰⁵

Os movimentos sociais, ocorridos no final dos anos 1970 e início dos 1980, significaram a abertura de novos canais de participação social e um rompimento com a visão que se tinha em relação à população carente e, principalmente, à população periférica.

A nova conjuntura de aceleração da industrialização, na esteira do salto desenvolvimentista e as restrições de direitos políticos, que caracterizavam o regime militar, requeria o reconhecimento da necessidade de criação de novos referenciais. Por esse motivo, os movimentos reivindicatórios daquele período, em geral, têm profunda relação com a formação do proletariado – enquanto sujeito participante de um cotidiano que foi criado pela intensificação do processo de industrialização e de metropolização.

Naquele momento, os movimentos sociais apareceram com um caráter renovado, pois começaram a dispensar mediações em relação às suas reivindicações. Nesse período, emergiu um “novo sujeito social e histórico”, pois era um indivíduo criado pelos próprios movimentos sociais, coletivo e descentralizado, que começava a se reconhecer, decidir e agir em conjunto, criando uma identidade própria (Sader, 2001).

Alguns estratos da população passaram a questionar, além do regime autoritário, a eficácia das referências instituídas anteriormente por instituições, tais como, a igreja católica, os partidos políticos e os sindicatos.

²⁰⁵ Parte desse capítulo foi publicado anteriormente em Braga, F.S. 2016. “Terra sim, barragem não!”: o Movimento dos Atingidos por Barragens e seu papel na construção da waterscape durante a ditadura civil-militar no Brasil: aproximações. *Revista História Unicap*, vol. 3, no. 5 (jan./jun.): 71-84.

Novas matrizes discursivas foram formuladas por estas “instituições em crise”: a Igreja Católica, por meio da teologia da libertação²⁰⁶, os partidos políticos de esquerda, através da matriz marxista e, os Sindicatos, por meio de sua atualização quanto aos conflitos, através do chamado “novo sindicalismo”²⁰⁷. Estas matrizes se colocaram como referenciais de ação e visavam a uma aproximação do cotidiano popular (Sader, 2001; Mattos, 2009; Mackin, 2017).

A importância atribuída ao cotidiano pelas novas matrizes discursivas advém da percepção de que este cotidiano se produz e reproduz tanto no local de moradia quanto no local de trabalho, o que permitiu, de certo modo, uma aproximação daquelas instituições, com seus interesses específicos, à classe trabalhadora.

Formas de organização pacífica dentro das empresas são relatadas como na greve do setor eletricitário de Pernambuco, em 1979, por melhores salários, onde, por exemplo, os funcionários da Chesf saíam de suas seções, todos ao mesmo tempo, todos os dias durante mais de um mês, com o pretexto de lancharem, cantando o Hino Nacional nos corredores e usando ‘gritos de guerra’ como “Um, dois, três, amanhã tem outra vez!”²⁰⁸.

Os movimentos sociais organizados se constituíram, por sua vez e, de um modo geral, recorrendo a tais matrizes para repensar o cotidiano das classes populares, repudiando a exploração do capital, quando se veem beneficiados os interesses do agronegócio, das

²⁰⁶ A teologia da libertação defende uma concepção humanitária do papel da igreja, que atrita com a noção tradicional do clero conservador, que acreditava, por exemplo, que as reformas de base propostas por João Goulart, em 1962, levariam o Brasil ao “comunismo ateu”, que tanto espantava a classe média brasileira naquele contexto de guerra fria (Chiavenato, 2014). Nas décadas de 1960 e 1970, os bispos latino-americanos reuniram-se em conferências regionais para articular os princípios fundamentais da teologia da libertação, sobretudo a partir de conferência realizada na Colômbia, em 1968. Os movimentos dos leigos, como as comunidades eclesiais de base (CEBs), as Comissões Pastorais da Terra (CPTs) e os movimentos sacerdotais, se identificavam com a teologia da libertação. Nos anos 1980 e 1990, os liberacionistas foram atores-chave nos movimentos pela democratização na América Latina. A teologia libertação inspirou ativistas e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil e a onda de movimentos indígenas na América Latina. A relação da teologia da libertação com os movimentos revolucionários também foi explorada na Nicarágua com os sandinistas e no México com os zapatistas (Mackin, 2017).

²⁰⁷ O novo sindicalismo muito se deveu às ondas grevistas iniciadas nas fábricas de caminhões em São Bernardo do Campo, São Paulo, em 1978 e em 1980, mobilizando 300 mil metalúrgicos, por 41 dias. Outros profissionais como professores, bancários, funcionários públicos, jornalistas, operários da construção civil, médicos, lixeiros entre outros também aderiram às greves nesses anos. O novo sindicalismo resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986, além de constituir as bases para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 (Telles, 1988). No Brasil não havia greves desta dimensão desde 1968 e tampouco haviam sido organizadas contra a vontade das antigas direções sindicais. Acostumados com as negociações com os governos, os velhos dirigentes dos sindicatos foram superados por novas lideranças, dentre as quais se destacou Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um dos principais líderes do futuro PT. A participação social está na base de formação dos partidos políticos de esquerda na América Latina.

²⁰⁸ Ministério de Minas e Energia. Divisão de Informações. Movimento grevista no setor eletricitário de Pernambuco. 28/11/1979, p.6 (Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia, AC_ ACE_4784_79) A sagacidade do movimento é demonstrada já que o direito de greve estava suspenso, pois as consequências das paralizações pacíficas começavam a aparecer em vários setores da cidade com problemas nas redes elétricas, uma vez que os eventuais incidentes como quedas de fios, postes e problemas gerais nas redes, não estavam sendo sanados pelos funcionários responsáveis.

mineradoras e de grandes investidores no campo de geração de energia hidrelétrica, por exemplo, com negócios que provêm de uma “ordem distante” ou de “espaços relacionais exógenos” em detrimento dos interesses da população, ou, ainda pior, travestidos de atendimento às necessidades da população (Lefebvre, 1999; Vainer, 2004).

No decorrer dos anos 1970 e início dos anos 1980, as lutas e manifestações populares desenvolveram-se quantitativa e qualitativamente nas maiores cidades brasileiras e também no campo, no formato de greves, de manifestações contra intervenções espaciais ou pela indignação contra o não atendimento a necessidades básicas da população. Sua visibilidade podia ser notada por meio da cobertura que recebiam dos meios de comunicação de massa, bem como pelo interesse que despertaram nos órgãos oficiais encarregados de políticas públicas. “É uma nova e poderosa força política que está surgindo”, constatava o jornalista Carlos Sardenberg, em reportagem para a revista *Isto é*, em 1981.²⁰⁹

Apesar das iniciativas do Estado em exercer controle sobre os movimentos sociais organizados, a tendência de expansão e conquista da autonomia política por parte destes movimentos se tornou evidente.

O regime militar atribuía o mal-estar social à uma presença de forças oposicionistas internas e externas vindas de fontes que manipulavam a opinião pública. Essa visão fantasiosa da questão social o impedia de perceber o tamanho da insatisfação que estava na origem das eleições parlamentares indiretas de 1974 – que teve vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição ao governo – e das greves de 1978. Os movimentos sociais assinalavam, assim, algo muito maior.

Um dos resultados práticos da pressão popular foi a aglutinação das forças de esquerda em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), que se tornariam alguns dos elementos de organização política mais influentes nas décadas posteriores.²¹⁰

A revitalização do debate em torno da participação comunitária se mostrou como uma tentativa de adequação do regime militar à nova, incontornável e incontrolável realidade apresentada pela erupção dos movimentos contestatórios. Relatos de violência contra os manifestantes não foram raros nesse período, mas com a eclosão de várias manifestações nas

²⁰⁹ Sardenberg, C. A. “O povo em movimento”. Revista *Isto é*, 28/01/1981. p. 62-65.

²¹⁰ Não por acaso, datam de 1978 uma série de leis que aumentavam as restrições ao exercício do direito de greve, como a que vetava os trabalhadores de empresas de economia mista, aos empregados de autarquias e órgãos da Administração Direta, sem falar na Lei de Segurança Nacional (Lei 6.620/78), ou o Decreto-lei 1.632/78, que enumeravam uma série de atividades consideradas “essenciais” e previam penas duras aos que incorressem em movimentos considerados ilegais, com penas de até 12 anos de reclusão (Mattos, 2009).

idades e no campo, simultaneamente, o governo militar se viu obrigado a negociar. Os movimentos sociais tiveram, por isso, uma destacada participação no processo de redemocratização do país.

Uma das consequências das manifestações populares foi a promulgação da lei da anistia pelo governo, em 1979 (Lei 6.683/1979), para possibilitar a volta dos exilados políticos (ainda que esta lei beneficiasse também os militares, protegendo-os de investigações contra os abusos de autoridade cometidos).

Os movimentos sociais figuraram como uma afirmação concreta das contradições geradas pelo processo de desenvolvimento que, muitas vezes se apropriou de bens comuns essenciais para a vida da população, priorizando a execução ou a manutenção de atividades econômicas.

A construção de usinas hidrelétricas de grande porte e outras “paisagens industriais” (Zhouri; Oliveira, 2007), no contexto do desenvolvimentismo-militar, no qual o poder do Estado se associou ao poder militar, funcionando como agente do Capital, os interesses na consecução dos projetos, muitas vezes, foram antagônicos aos interesses da população.²¹¹

Como empreendimentos que catalisam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território brasileiro, sob a lógica estritamente econômica, as hidrelétricas têm grandes impactos sobre os ecossistemas, os meios de subsistência e estilos de vida de comunidades indígenas e quilombolas, populações rurais e urbanas, causando conflitos e até mesmo confrontos violentos e a violação de direitos humanos.

A produção do espaço nesse caso, se apresenta como uma modificação em todo o sistema de recursos hídricos de uma bacia hidrográfica e em todo o seu sistema social, configurando-se, mais do que em paisagens industriais, em novas *waterscapes*.

A forma mais visível da criação dessas novas *waterscapes* pode ser percebida quando se inundam áreas onde haviam cidades, ou quando são criados novos aglomerados urbanos em decorrência da implantação de um grande projeto hidrelétrico.

Nesses casos, o poder econômico é decisivo, mas a dinâmica social é capaz de exercer pressão e, em alguns casos alterar ou, pelo menos, postergar as alterações espaciais, como se deu no caso da usina de Belo Monte, como relatado no capítulo 3, e em outros casos, como ver-se-á a seguir.

²¹¹ Zhouri e Oliveira (2007) citam como exemplos de paisagens industriais as hidrelétricas, as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto.

5.1 – A QUESTÃO DA TERRA E OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS

Quando se iniciaram as construções dos projetos hidrelétricos de grande porte nos anos 1970, várias contradições relativas à posse da terra e ao uso da água, entre outros, começaram a revelar-se, por um lado pelo envolvimento do Estado, em nome de uma elite empresarial, nas negociações e nos confrontos e, por outro, por um processo crescente de resistência dos pequenos produtores à expropriação tendo em vista a ação das novas matrizes discursivas junto a essa população.

As populações começaram a se organizar em todo o país em torno de uma causa em comum: as injustiças ocorridas nas áreas de construção das usinas hidrelétricas, que se manifestavam por meio da expropriação de terras nas áreas de formação dos reservatórios, a falta de pagamento de indenizações pelas terras e benfeitorias, a realocação de agricultores em terras inférteis ou sem acesso à água. Relatos de graves violências infringidas aos trabalhadores e posseiros também fizeram parte dessas manifestações.

No caso da hidrelétrica de Itaipu, as terras que foram alagadas para a formação do reservatório da usina eram totalmente agricultadas e ocupadas por uma população de cerca de 42.000 pessoas no lado brasileiro e mais 20.000 no lado paraguaio, quase todos pequenos produtores rurais (Germani, 2010). A intervenção, através de processo jurídico e legal de desapropriação da população, foi aos poucos assumindo a conotação de um conflito.

As desapropriações foram previstas nas várias formas de legislação, por exemplo, no artigo XVII do Tratado de Itaipu, assinado em 1973:

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos. Parágrafo 1º - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, *ad referendum* das Altas Partes Contratantes. Parágrafo 2º - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas. Parágrafo 3º - Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviço à ITAIPU, assim como o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.²¹²

No início das obras a população que não foi, em nenhum momento consultada sobre a construção, não resistiu à ideia imposta da usina hidrelétrica, diante da grandeza da obra no rio

²¹² Tratado de Itaipu. Decreto Legislativo nº 23, de 1973. Tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26 de abril de 1973.

Paraná, do “bem comum” que seria gerado, e da promessa de pagamento de indenizações justas pelas terras e pelas benfeitorias pelo governo. No entanto, a partir do pagamento das primeiras indenizações, em 1977, e da transferência de algumas famílias para projetos de colonização no Mato Grosso, ou no Norte do País, como foi o caso do Projeto Pedro Peixoto, no Acre (Matiello, 2005) – onde, desnecessário dizer, o ecossistema e os modos de vida são absolutamente diferentes –, se tornou claro que a relação não era balanceada.

O processo de indenização passou a se dar “de forma individual, salteada, lenta, com critérios desconhecidos e com avaliação arbitrária [...] inclusive mesquinhando alguns cruzeiros por alqueire” (Germani, 1982:98-99), justamente da usina onde uma única turbina renderia 1 milhão de dólares por dia.²¹³ Desse modo, em 1978, começaram a acontecer as primeiras assembleias de moradores, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja católica. No entanto, à medida em que a data prevista para o enchimento do reservatório (outubro de 1982) se aproximava, ainda haviam pendências em indenizações e as formas de negociação não funcionavam como antes, passou a existir a necessidade de uma nova estratégia de manifestação, o que se deu por meio da realização de acampamentos para a paralização das obras. Foram realizados dois grandes acampamentos, um de 16 dias em 1980 e outro de 56 dias, iniciado em março de 1981.

Durante os acampamentos, a organização do movimento se solidificou e garantiu a sua continuidade como Movimento Justiça e Terra. Esse movimento se colocou então, juntamente com outros movimentos rurais e com a organização inicial da Comissão Pastoral da Terra, pelo reconhecimento do direito à dignidade e contra a expansão destrutiva do capital representada, naquele momento, pela construção da hidrelétrica.

Segundo Germani (1982:99) “O fato novo apresentado pelos expropriados de Itaipu não foi a resistência em si, mas a resistência organizada, constituindo-se numa das primeiras experiências neste sentido frente a obras desta natureza.” Essa resistência organizada passou a se dar em todo o país e obrigou os órgãos estatais a incluírem a população, de alguma forma, nos debates.

Em agosto de 1983, ocorreu o I Encontro Estadual sobre a implantação de barragens na Bacia do Rio Uruguai, que teve a participação do presidente da Eletrosul, Telmo Thompson Flores, apresentando o projeto de construção de 25 barragens no citado rio, afluente do rio Paraná, onde foi construída Itaipu. Os agricultores presentes vaiaram por várias vezes a fala do

²¹³ “Uma única turbina de Itaipu renderá 1 milhão de dólares por dia”. Revista *Manchete* n. 1283. 1976.

presidente e questionaram o porquê de ele não ter ficado para o debate após a apresentação.²¹⁴ Esse tipo de encontro certamente não teria ocorrido antes das mobilizações de Itaipu.

No caso da construção da hidrelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco, que teve a sua construção iniciada também em 1973, a população só foi consultada após o início das obras e teve duas alternativas impostas pelo governo militar: receber uma passagem de ida para São Paulo ou ir para uma área de reassentamento no meio da caatinga, a 700 km de distância, sem acesso à água e com terra infértil (Vainer, 2004).

A represa da hidrelétrica de Sobradinho, foi pensada, para além da produção de energia, para a regularização da vazão do rio São Francisco e para garantir o pleno funcionamento de outras hidrelétricas a jusante, como Paulo Afonso e Moxotó. Sobradinho asseguraria também a expansão da agricultura e possibilitaria a quase total navegabilidade do rio São Francisco e incremento do transporte fluvial em várias localidades.²¹⁵

A usina desapropriou cerca de 26 mil propriedades e provocou o deslocamento compulsório de mais de 72 mil pessoas. Os habitantes das cidades de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso foram, teoricamente, assentados em outras localidades. Segundo o relato do presidente da Associação dos Ribeirinhos e Pescadores do Lago de Sobradinho, Genivaldo da Silva

Nós não ganhamos terra, não ganhamos casa, não ganhamos nada. A única agrovila que foi construída para que assentasse alguma dessas pessoas de lá da região foi a agrovila I, hoje Serra do Amaro. Essa agrovila, as pessoas chegaram lá e, quando foi com 90 dias, já chegou um carnê para que as pessoas pagassem pela terra e pagassem pela casa que tinha sido construída.²¹⁶

Ironicamente, somente em 2015, passados 39 anos do início da geração de energia pela hidrelétrica de Sobradinho as famílias reassentadas na agrovila Serra do Amaro, construída pela Chesf, receberam energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos, do governo federal.²¹⁷

Mais de quarenta anos após a conclusão das obras de Sobradinho, a população ainda reclama o ressarcimento de terras e o pagamento de indenizações. Em dezembro de 2018, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos deputados realizou audiência

²¹⁴ Jornal *O Interior*. 08/08/1983.

²¹⁵ “Em ação, Sobradinho”. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1978.

²¹⁶ População atingida pela construção da barragem de Sobradinho (BA) cobra políticas de reparação. Radio Câmara. Câmara dos deputados. 11/12/2018.

[https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/569784-POPULACAO-ATINGIDA-PELA-CONSTRUCAO-DA-BARRAGEM-DE-SOBRADINHO-\(BA\)-COBRA-POLITICAS-DE-REPARACAO.html](https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/569784-POPULACAO-ATINGIDA-PELA-CONSTRUCAO-DA-BARRAGEM-DE-SOBRADINHO-(BA)-COBRA-POLITICAS-DE-REPARACAO.html). Acesso em 22/11/2018.

²¹⁷ Após 39 anos, atingidos pela barragem de Sobradinho recebem energia elétrica. 02/07/2015. <https://www.brasildefato.com.br/node/32370/>. Acesso em 22/11/2018.

pública para discutir a situação da população que foi atingida pela construção da barragem. O que deixa claro que houve a perda de vários direitos fundamentais por parte da população, como habitação, água, energia elétrica, mobilidade e condições de trabalho que não foram assumidas e remediadas e que, provavelmente, continuará a lesar as próximas gerações.

Em 1977, na revista *Grito do Nordeste*, publicação da Arquidiocese de Recife e Olinda, interceptada pela Agência do SNI no Recife, a população expressava o sentimento que tinha em relação às companhias estatais: “a CODEVASF e a CHESF é como a febre do rato do Araripe: só deixa miséria.”²¹⁸

O Banco Mundial foi um dos financiadores da UHE de Sobradinho e, após o fiasco nas questões relacionadas ao reassentamento da população atingida pela barragem, foi obrigado a rever os seus critérios de empréstimo para a construção de obras daquele porte, principalmente, porque foram realizados estudos de impacto do projeto, a pedido do BID e do BIRD, executados em 1973, pelo *Environmental Protection Program*, que não foram respeitados em sua totalidade.²¹⁹ A partir dos anos 1980 o Banco passou a exigir planos detalhados de reassentamento de populações, como condicionantes para os empréstimos, e a ser mais cauteloso ao fornecer financiamento a esse tipo de empreendimento.²²⁰

A região amazônica foi, de certo modo, a “menina dos olhos” dos governos militares. O planejamento estatal promoveu vários projetos e programas atrelados ao discurso “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra” naquela região.

O programa fundador da “corrida para o norte” nesse período foi o Programa de Integração Nacional (Lei 1.106 de 16/06/1970), sancionado pelo presidente general Médici, que tinha como primeira estratégia a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém para, em seguida, implantar em faixa de terra de 10km às margens dessas rodovias, um programa de colonização e reforma agrária, que ficou sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado sete dias antes do Programa de Integração Nacional.²²¹ A primeira fase do Programa também incluía o plano de irrigação do Nordeste.

²¹⁸ Publicação interceptada (*Revista Grito do Nordeste*, da Arquidiocese de Recife e Olinda). 23/06/1977, p. 18 (Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, ASP_ ACE_4777_80).

²¹⁹ Chesf. Projeto Sobradinho. Reconhecimento do Impacto Ambiental. Environmental Protection Program, setembro de 1973.

²²⁰ Expulsos e abandonados. Como o Banco Mundial quebrou a sua promessa de proteger os pobres. 16/04/2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/04/expulsos-e-abandonados-como-o-banco-mundial-quebrou-sua-promessa-de-protger-os-pobres/>. Acesso em 23/11/2018.

²²¹ O Decreto-Lei 1.110, de 9 de julho de 1970 extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária.

No ano seguinte, o decreto-lei 1.164, de 1º de abril de 1971 declarava “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”. Naquele ano, também foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), por meio do Decreto-Lei 1.179 de 06/07/1971, que teoricamente tinha como objetivo “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria”. No entanto, esse programa é considerado um programa de reforma agrária para os latifundiários, já que concedia terras e incentivos a grandes empresários que desejassem investir nas regiões norte e nordeste a preços irrisórios.

Foram criados o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) que previam estímulos fiscais para investidores.

Todas essas iniciativas, somadas à instalação de grandes plantas de mineração, projetos hidrelétricos de grande porte, a construção de estradas, projetos de colonização e outros, tiveram como efeito colateral a migração massiva de trabalhadores e oportunistas, especialmente da região nordeste para a região norte, mas também de outras regiões.

Um dos projetos de colonização, previa o assentamento de mais de 100 mil famílias às margens da Transamazônica, nos municípios de Marabá, Itaituba e Altamira, no Pará. Setenta por cento dos agricultores selecionados eram do Nordeste, para quem, teoricamente, o governo dava incentivos tais como, seis salários mínimos de ajuda de custo, quatro hectares de roça pronta, crédito bancário, compra da produção e uma casa na agrovila (Silva; Barros, 2016). No entanto, outros interessados nas terras e nas riquezas minerais e florestais da Amazônia também acederam à região vislumbrando as possibilidades de enriquecimento rápido e qualquer custo. Mineradoras, garimpeiros, fazendeiros, pecuaristas, empresas agropecuárias tinham outras perspectivas que não a do trabalho na terra e a ocupação da região, mas sim, a exploração máxima da região, com vistas a mandar dinheiro para o Sudeste e Sul ou mesmo para o exterior. Com as migrações, os conflitos se acirraram na região norte e uma série de violências foram promovidas.

Em documento confidencial de 13 de novembro de 1979, se lê o Manifesto da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, com diversas denúncias gravíssimas de violência contra a população, espancamento e assassinato de lavradores, além da expulsão de mais de uma centena de lavradores de suas terras por um grileiro, que teria pagado a polícia militar para

realizar o trabalho. A proibição dos lavradores de chegarem até suas terras, imposta por funcionários da Eletronorte, queima da casa de um posseiro em Itapiranga, no Pará, além de ameaças contra mais de 700 famílias nas áreas que seriam alagadas pelo reservatório da usina de Tucuruí, para que deixassem suas casas.²²²

As populações atingidas pela construção de Tucuruí se manifestaram contra essas injustiças por meio de repetitivos acampamentos em frente ao escritório da construtora Camargo Corrêa. O primeiro deles aconteceu em 1982, quando foi enviada uma comissão de negociações a Brasília e os protestos continuaram até que, em 1984, os manifestantes foram bloqueados, pela polícia militar, na estrada que leva a Tucuruí (Vainer, 2004).

Uma das estratégias utilizadas pelos governos militares foi a aceleração das obras “a toque de caixa” para evitar maiores manifestações e visibilidade da mídia e dar lugar aos empreendimentos. Essa estratégia resultou em vários equívocos, tais como erros de demarcação das terras em Tucuruí, no Pará, no início dos anos 1980, onde a área de reassentamento de 600 famílias foi inundada, devido a erros de cálculo da Eletronorte. Para agravar a situação, outra parte dos loteamentos estava na reserva dos índios Parakanã, que também haviam sido deslocados e cujas terras foram inundadas, respectivamente, pela UHE Tucuruí e pela UHE Balbina (Baines, 1994).

A formação do lago de Tucuruí atingiu 12 vilas e a cidade de Jacundá, sendo realocadas cerca de 19 mil pessoas.²²³

Impressiona o tratamento desrespeitoso dado às populações atingidas por alguns veículos de comunicação, quando da inauguração de Tucuruí “Alguns humanos teimam em não abandonar o seu habitat em vias de submersão. É o caso de Emiliano Vicente dos Santos, sua mulher e os quatro filhos do casal, bípedes rurais que vivem numa gleba de 21 alqueires perto do povoado de Recolhimento, já inundado. Talvez alguma equipe da Operação Curupira [responsável pela retirada dos animais na área do reservatório] venha a capturá-los nessa ocasião.”²²⁴

Em relatório do SNI sobre a situação da realocação da população na usina de Balbina se lê que existiam sete famílias na área prevista para inundação, mas que seis delas abandonaram a área espontaneamente, antes mesmo de serem indenizados e tendo ficado

²²² Denúncias da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. Confidencial. (Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1699). A maioria das denúncias foi averiguada como verdadeira em relatório investigativo também constante nesse documento.

²²³ “Surge o lago. 12 vilas e uma cidade mudam de lugar. *O Globo*. 22/11/1984, p. 24.

²²⁴ “Tucuruí pronta para eletrificar Norte e Nordeste”. *Folha de São Paulo*. 22/11/1984, p. 12.

somente um morador, que foi indenizado e realocado à jusante. Moradores de outras áreas a serem impactadas por Balbina não tiveram a mesma “sorte”:

Os colonos (do extinto INCRA) da margem da BR-174 (do Km 170 ao 208), com 40 ocupações confirmadas, serão relocados futuramente para loteamento do extinto INCRA situado na estrada de ligação para Balbina.

Este loteamento está sendo implantado, com abertura de estradas vicinais. Está atrasada a sua implantação. Não está localizado nas margens da estrada, e a região é acidentada e seca.

É de se esperar que a ELETRONORTE venha a enfrentar a insatisfação dos futuros colonos, que embora serão indenizados (cerca de 80% são titulados), vão perder em termos de localização, topografia e obtenção de água.²²⁵

Abaixo da represa, às margens do Luatumã [sic], no entanto, vivem 64 famílias que sofrerão diretamente o que deve ser o mais grave problema gerado por Balbina: a degradação da qualidade da água. Consultados, os moradores preferiram ficar nos locais onde sempre viveram, apesar de serem obrigados a beber água dos poços construídos pela Eletronorte, mesmo tendo um rio passando à sua frente.²²⁶

Como se pode observar, a justiça pela água e a justiça ambiental passam a ser parte de uma compreensão mais ampla do conceito de justiça social. Para as populações rurais mais comumente vitimadas pela expropriação de terras, o que ocorre é a destruição e a perda do acesso às suas áreas de produção e extração de recursos naturais, muitas vezes sendo compelidas para as periferias das grandes cidades.

O Estado teve um papel essencial na criação de desigualdades e violências – inclusive com agentes estatais, como a Polícia Militar e a Eletronorte patrocinando ações violentas – ao expedir leis de terras que reforçaram a propriedade privada, ainda que teoricamente visassem a promover a reforma agrária e, como consequência, a justiça social.

Todos quantos trabalham na Amazônia, principalmente no setor fundiário, sabem das dificuldades inerentes à separação das terras públicas das particulares, tarefa só alcançável através do exercício da ação discriminatória, sabidamente, processo moroso e caro.

Por isso mesmo, tem sido prática usual declarar de utilidade pública as terras - envolvidas por determinada poligonal, excluídas as terras de domínio público, como por exemplo, foi feito ao editar-se o Decreto No 80.114, de 10.08.77, estatuinto que: “ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras de propriedade particular, compreendidas no perímetro descrito no artigo 2º”, ou, como no caso de Tucuruí, onde o decreto n 78.659, de 01.11.76, deixou enfatizado que: “ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias de propriedade particular, excluídos os bens de domínio público”, etc.”

²²⁵ Ministério de Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações. Fechamento da Barragem de Balbina. 29/12/1987, p.7. Confidencial (Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia, AC_ ACE_65928_88).

²²⁶ “O lago de Balbina põe em perigo os animais” *O Estado de São Paulo*, 7 de outubro de 1987, p. 12.

Tal acontece, em primeiro lugar, pela notável dificuldade em materializar no solo, as terras de domínio público, que estão, quase sempre, confundidas com as particulares e vice-versa, e, em segundo lugar porque tais terras podem ser usadas, no caso específico de reservatório, sem necessidade de desapropriação, - em decorrência do princípio da afetação (vide Parecer A-440, de 26.04.71, inserido no processo MME-709.704/70).²²⁷

Vários outros documentos do SNI, sobretudo da agência central, mostram que era do conhecimento das instituições governamentais os problemas que vinham ocorrendo, mas a tomada de decisão em relação a eles era morosa e ineficaz, quando existente.

A agência de Belém do SNI apresenta documentos em que aponta vários problemas relativos a conflitos de terras, como demonstrado nesses trechos de documentos de 1979 e 1981, respectivamente:

A região sudeste do PARÁ, há tempos, vem sofrendo um processo de migração acentuado, originado da perspectiva de terras à baixo preço, oferecidas pela implantação das rodovias BR-010 (Belém-Brasília), PA-332 (ex-PA-70 - ligando a Rodovia BR-010 à MARABÁ), e Transamazônica; da propaganda feita em torno da colonização da Amazônia; da perspectiva de empregos; e dos incentivos oferecidos tanto à colonos como à investidores. A migração desordenada, que se seguiu, ocasionou a invasão de propriedades de terceiros e os primeiros conflitos. A desorganização existente na então Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado – SAGRI, órgão responsável pela titulação das terras do Estado do PARÁ, deu margem a que surgisse a “indústria de terras”, envolvendo grileiros, funcionários públicos estaduais da própria SAGRI e Cartórios de Registros de Imóveis, originando grande quantidade de títulos falsos e a conseqüente comercialização desses títulos.²²⁸

Há, ainda, outras áreas, embora de menor tensão, que vêm sendo trabalhadas, principalmente por elementos da FASE como: CURUÇÁ, VISEU e TUCURUI. Nessas regiões, *os conflitos são atribuídos à disputa da terra, entre posseiros, grileiros e proprietários. Essas terras são devolutas e em virtude da abertura de estradas, como a BELEM/BRASILIA; a PARA/MARANHÃO; a PA-150; a PA-332 e outras de menor importância econômica, despertaram a cobiça de grupos econômicos e fazendeiros do Sul do país, os quais passaram a ver nessas regiões, a realização de bons investimentos. Embora, realizando transações legais, não tiveram o cuidado de verificar a existência cia de posseiros, que morando nesses locais há 20, 30 40 anos, sentem-se injustiçados ao serem desalojados em cumprimento a um mandado judicial, e, algumas vezes reagem pela força, ocasionando perdas de vida. Quando tais fatos ocorrem, as entidades de esquerda aproveitam a oportunidade para instigar os posseiros contra as autoridades; empregando linguajar marxista da luta de classes conclamam os trabalhadores a se unirem para derrubada da "ditadura militar", declarando que "o sangue derramado por um oprimido, servirá de semente para o levante que libertará o povo, para um regime sem opressores ou oprimidos".*²²⁹

²²⁷ Ministério de Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações. Questão indígena: danos ecológicos na AI Waimiri-Atroari. 03/12/1983 (Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC_ACE_47750_85).

²²⁸ Documento de difusão interna pela Agência Central, 30/12/1979 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ACE_627_80).

²²⁹ Documento do SNI – ag. Belém. Atividades subversivas no Pará. 30/04/1981, grifo nosso. (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ACE_1408_81).

Interessante notar a lógica dos agentes do SNI, ao responsabilizarem os compradores de terras por não terem verificado a existência prévia de posseiros ou residentes nas terras compradas, e não perceberem que o erro, primeiramente, foi do governo, ao declarar as terras daqueles proprietários como devolutas, sem antes verificar se eram ocupadas ou não.²³⁰

As contradições geradas pela ação estatal, principalmente na Amazônia, são muitas vezes reconhecidas, mas a interpretação que se dá a elas é, ao que parece, a de “efeitos colaterais necessários” do progresso.

A participação da igreja católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de “forças comunistas” e dos sindicatos de trabalhadores rurais é citada várias vezes nos documentos do SNI, sempre de modo pejorativo. Os trechos a seguir são bons exemplos disso.

No meio rural, principalmente nas regiões Tocantins/Araguaia (Cametá, Tucuruí, Marabá e Conceição do Araguaia), Salgado/Bragantina (Curuçá, Viseu e Bragança) e Santarém (trechos das Rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica), são explorados os conflitos decorrentes da luta entre posseiros, fazendeiros e grileiros, pela posse da terra, com incitamento ao desrespeito das leis vigentes por ignorantes lavradores, na tentativa de desmoralizar o instituto da propriedade privada. *Nesses conflitos, a ação policial tem sido distorcida pela CPT, através de denúncias sistematicamente publicadas na imprensa, explorando os fatos de forma sensacionalista e deturpada, com o claro objetivo de indispor a opinião pública com as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem e cumprimento das leis.* Esse trabalho junto ao homem do campo estende-se aos Sindicatos Rurais, numa ação conjunta com o movimento denominado OPOSIÇÃO SINDICAL, que pretende conquistar todas as entidades de classe no meio rural.

Além desse trabalho desenvolvido junto camadas mais pobres da população, a CPT promove, constantemente, e com apoio das entidades comunistas a ela ligadas, Seminários, Encontros, Conferências, etc. Nesses encontros, reunindo intelectuais, políticos, advogados ligados ao meio rural, trabalhadores e líderes sindicais, são abordados assuntos como Reforma Agrária, Reforma Partidária, Custo de Vida, Política Salarial, etc, oportunidade em que são feitas severas críticas à política governamental.²³¹

Em consequência da implantação da hidrelétrica de TUCURUI, foram reservadas extensas áreas de terras, as margens do rio Tocantins, para a ELETRONORTE. Essas terras, que serão em parte alagadas, tem sido a causa de incidentes entre posseiros, invasores e a Empresa, tornando-se necessário, por vezes, a ação da Polícia Militar. Tal clima de tensão tem sido fomentado por elementos do “clero progressista” que, ao mesmo tempo, aproveitam-se para pregações político-ideológicas contrárias ao regime vigente e ao Governo.

²³⁰ Em abril de 1977, abriu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar denúncias de grilagem de terras no estado da Bahia, especialmente nas regiões do extremo sul e Sanfranciscanas. No entanto, somente em 1980 o governo federal criou um grupo executivo para tratar da regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT (Decreto-lei 1.767, de 01/02/1980), que ficou subordinado ao Conselho de Segurança Nacional.

²³¹ Atuação da comissão Pastoral da Terra. 12/08/1980. Grifo nosso. (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ACE_1013_80).

Recorde-se a propósito, a convocação, em Nov 78, de uma “Assembléia do Povo de Deus”, realizada na cidade de ITUPIRANGA, quando foi assumido o “compromisso cristão de derrubada da pirâmide social onde os de cima, que são poucos, esmagam os de baixo, que são muitos”.²³²

A morosidade na tomada de medidas para definir uma solução nas divergências sobre posse de terra, tem prestado um desserviço às instituições governamentais. O grupo dito “progressista” da Igreja Católica tem se aproveitado desta vulnerabilidade para insuflar posições radicais de posseiros ou quando menos sensibilizá-los para a tomada desta. As dioceses de DIAMANTINO e SÃO FELIX fazem impressos e promovem debates dentro de uma organização cognominada de “COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE”, objetivando ativar insatisfações e monopolizar a opinião pública.²³³

Praticamente toda ação solidária da igreja católica era considerada subversiva. A Igreja é apresentada nesses documentos como se estivesse pregando o ódio, a luta de classes ou a violência ou até pretendendo a tomada do poder. Vários documentos trazem também a ficha de identificação e investigações sobre padres, religiosos e pessoas ligadas a eles. A expressão “clero progressista” é utilizada de forma bastante depreciativa. Para os agentes do SNI, que aparentemente se julgavam mais conhecedores da teologia que os próprios bispos: “A posição da Comissão Episcopal de Doutrina e dos Teólogos tem cunho esquerdizante e foge à doutrina católica contida nos vários documentos da Igreja.”²³⁴

É interessante notar como o argumento é invertido, como se o problema fosse a “incitação” da Comissão Pastoral da Terra aos trabalhadores que foram injustiçados recebendo indenizações menores do que a que teriam direito e, não a injustiça por si mesma. É o que se lê no trecho transcrito abaixo do documento confidencial da Agência Central do SNI:

Nas áreas de construção das barragens de Itá/SC e MACHADINHO/RS, elementos do clero, tendo à frente o Pe. NATALÍCIO JOSÉ WESCHENFELDER, vêm promovendo campanha de oposição à construção das citadas barragens e veiculando notícias que criam um clima de preocupação e apreensão no seio dos trabalhadores rurais que habitam as referidas áreas.

4. Em que pese aos esforços das empresas envolvidas na construção das barragens, a campanha liderada pela CPT vem prejudicando os entendimentos e contribuindo para gerar ou agravar tensões sociais.²³⁵

²³² Atividades subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão. 15/03/1979 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ ACE_132_79).

²³³ Relatório periódico de informações n. 3/76. Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel general, 5/6/1976, p.50. Confidencial (Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, ASP_ ACE_10900_82).

²³⁴ Relatório do SNI – Agência Central – XXI Assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 03/05/1983, p.12 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA_ ACE_4477_84_001_0001).

²³⁵ Atividades da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região sul. 06/04/1981. (Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC_ ACE_14932_81).

De acordo com o informe “A vida da igreja no Brasil”, apresentado na 21ª Assembleia geral da CNBB, em 1983, no período 1977 a 1981, pode-se ler que teriam sido verificados 45 assassinatos de trabalhadores rurais e agentes de pastoral, inclusive 3 advogados da Comissão Pastoral da Terra, e, apesar de serem conhecidos os nomes, as datas e os lugares de todos esses crimes, nenhum deles foi apurado de forma conclusiva. Além disso, teria havido ameaças de morte, prisões ilegais, sequestros, espancamentos e outros tipos de pressão contra os agricultores e os sindicatos.²³⁶

A teologia da libertação defende uma concepção humanitária do papel da igreja e, de fato, fazia campanhas de conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos, como ser observado nos folhetos da campanha da fraternidade de 1986, que teve como tema “terra de Deus, terra de irmãos”, onde se podia ler: “Há fraternidade no Brasil quando a diferença entre o salário mínimo e o maior é de oitocentas vezes?” “Há fraternidade no Brasil quando milhões estão sem emprego, alguns com tanta terra e outros sem um palmo de chão para sobreviver?”²³⁷

Lembremos das pessoas que por causa das grandes represas de Tucuruí, Itaipu, Sobradinho, Itaparica, Baibina... ou por causa dos grandes projetos de Carajás e Pró-álcool perderam a terra que os viu nascer,
Unamo-nos a eles:
1 Pai Nosso, 10 Ave Marias e 1 Glória ao Pai.²³⁸

Outro grave problema é quando do início da construção das obras, pela atração da população a procura de emprego. Segundo o jornal *Resistência*, de 1982, a Secretaria de Saúde havia constatado que de cada 10 pessoas chegadas à cidade de Tucuruí a procura de emprego na usina, nove não eram absorvidas pela obra. Dessas nove, quatro ou cinco prosseguiram sua peregrinação, interiorizando-se pelo Estado ou pela região, outras quatro pessoas instalavam-se em torno do projeto, exercendo atividades instáveis. Entre elas muitas prostitutas, que somariam quatro mil deslocando-se entre os acampamentos conforme os dias de pagamento das empreiteiras e carregando consigo doenças de difícil controle devido a essa mobilidade.

Um relatório da agência de Belém do SNI afirmava que um grande número de pessoas que se deslocavam, periodicamente, para Marabá, atraídas, muitas delas, pelos garimpos de Serra Pelada ou pelas obras da hidrelétrica de Tucuruí, na expectativa de uma vida melhor.

²³⁶ “A vida da igreja no Brasil”. XXI Assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Itaici. São Paulo. 6-15 de abril de 1983.

²³⁷ Campanha da fraternidade em Manaus – repercussões. 20/02/1986 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA_ACE_6117_86_0001).

²³⁸ Folheto da campanha da fraternidade de 1986 “Terra de Deus, Terra de irmãos”, p. 6 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA_ACE_6117_86_0001).

Essas pessoas, que fazem do município a sua “base” residencial, transformaram-se em um contingente populacional “flutuante” estimado hoje em aproximadamente 50 mil habitantes, potencialmente sujeitos a causarem maiores problemas à já combatida administração municipal, invadindo terrenos urbanos e rurais, e também contribuindo para o aumento do índice de criminalidade e de prostituição.²³⁹

Também no final das obras, existem outros problemas, pois os trabalhadores são dispensados, mas muitos deles acabam ficando no local da construção ou migram para outra construção, como no caso da usina de Ilha Solteira e de Tucuruí relatados a seguir.

As cidades polarizadas por ANDRADINA e PEREIRA BARRETO/SP estão começando a ser afetadas diretamente pelo desemprego de milhares de trabalhadores da Hidrelétrica de ILHA SOLTEIRA, cujas obras estão chegando a seu final. Diversas famílias estão se localizando nas zonas periferias dessas cidades, a espera de trabalho, ocasionando os mais variados problemas a esses Municípios. A criação da 3ª Universidade Estadual de ILHA SOLTEIRA, cuja construção absorveria os desempregados, parece não solucionar o problema, uma vez que sua implantação será progressiva e até mesmo lenta.²⁴⁰

Em Tucuruí durante as duas últimas semanas, 200 trabalhadores estavam sendo demitidos a cada dia. Uma cena nova na Amazônia, mas fadada a repetir-se cada vez mais a partir de agora. Não deve-se, porém, transformá-la em rotina: isso impediria até mesmo sua compreensão.²⁴¹

Os exemplos de injustiças e violências aqui citados são ilustrativos da priorização dos grandes projetos no processo de tomada de decisões e do descaso pelas implicações sociais deste tipo de investimento. A ausência de um planejamento, de fato, integrado, a demora em definir o destino da população a ser deslocada e do pagamento de indenizações, que deveriam ser o objeto primeiro da atenção do Estado, revela por um lado a priorização do projeto técnico de engenharia e o poder do empresariado brasileiro na orientação da tomada de decisões e, por outro, o descuido das estatais do setor elétrico com a população.

²³⁹ Documento do SNI – ag. Belém. Situação político-administrativa do município de Marabá/PA. 04/02/1982 (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ACE_1880_82).

²⁴⁰ Relatório periódico de informações n. 3/76. Ministério do Exército, Comando do II Exército, Quartel general, 5/6/1976, p.50. Confidencial (Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, ASP_ACE_10900_82).

²⁴¹ “Grande projeto amazônico: uma fábrica de desemprego”. *Jornal Resistência*. n. 41, outubro de 1982, p.5. (Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE_ACE_2531_82).

5. 2 – “TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!” – O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) COMO UMA DECLARAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES GERADAS PELA LÓGICA DESENVOLVIMENTISTA E DESIGUAL

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) apareceu em meados dos anos 1970, na esteira dos movimentos sociais que começavam a ebulir em diferentes partes do país, em um contexto onde se conjugavam vários fatores: o início da abertura democrática, a insatisfação popular em relação ao não atendimento, por parte do Estado e dos “patrões”, das carências referentes a equipamentos de consumo coletivo, a diminuição do poder aquisitivo da classe trabalhadora, entre outros, que contribuíram para que emergisse, como conclui Eder Sader (2001), em seu trabalho, *Quando novos personagens entraram em cena*, um novo sujeito coletivo na sociedade.

Durante o período militar, a concepção vigente para o tratamento aos atingidos por barragens era a patrimonialista e se embasava no Decreto-lei 3.365 de 1941. Segundo esse decreto, somente os proprietários que tivessem a titulação da terra receberiam indenização pela renúncia de sua terra a um projeto hidrelétrico. Todos os demais afetados, como meeiros, arrendatários, pescadores, por exemplo, seriam excluídos de qualquer política indenizatória. No caso da Amazônia esse quadro se agravou com a promulgação das leis a partir dos anos 1970, como dito anteriormente.

Na fala de Luiz Dalla Costa, coordenador nacional do MAB, atingido não é somente aquele que a “água pega”. “O professor, por exemplo, não tem a casa alagada, mas ele perde a escola. O comerciante, não tem a casa alagada, mas os clientes dele vão embora.”²⁴²

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi fruto da organização de vários pequenos núcleos locais e regionais com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outros agentes, onde foram construídas as obras das grandes usinas hidrelétricas em todo país.²⁴³

Durante o regime militar as ações eram organizadas, mas difusas, e se davam por meio de manifestações como acampamentos no escritório das construtoras, fechamento de vias de acesso às obras ou mobilizações populares, muitas vezes reprimidas por meio de violência policial. Por exemplo na visita do presidente general Figueiredo a Tucuruí, em 1981, para a

²⁴² Entrevista realizada para esta pesquisa em 21/03/2017, na sede do MAB, em São Paulo.

²⁴³ Não nos deteremos aqui em descrever a trajetória histórica do MAB, por considerar que isso já foi realizado de forma exemplar por Reis; Scherer-Warren (2007); Germani (1982 e 2010); Foschiera (2009); Rothman (2001); Rothman; Oliver (1999); Benincá (2011).

inauguração de uma etapa da hidrelétrica, quando cerca de 200 pessoas foram presas pelo Exército, pois intencionavam se manifestar contra a usina e entregar uma lista de reivindicações ao presidente.²⁴⁴

Em toda a década de 1980, simultaneamente surgiram grupos de atingidos relacionados à construção das hidrelétricas de Itaipu (Paraná), Sobradinho (Bahia), Moxotó (Alagoas), Tucuruí (Pará), Machadinho (Santa Catarina/Rio Grande do Sul), Itaparica (Bahia/Pernambuco) e Balbina (Amazonas), entre outras e a partir daí se iniciou um processo de mobilização nacional para o tema.

Se lançou a ideia de fazer um primeiro encontro nacional de atingidos. Então foi feito todo um trabalho nos anos de 88, 89 e que culminou então em 89 num encontro nacional dos atingidos em Goiânia, se não me engano. E desse encontro nacional então se decidiu fazer uma série de encontros regionais pra fortalecer o movimento e construir um movimento nacional. Se criou uma comissão regional dos atingidos por Tucuruí, outra dos atingidos pela barragem em Rondônia. Tucuruí se chamava CATU, Rondônia se chamava MABRO, tinha o polo sindical do sub-médio São Francisco, aqui em São Paulo, no vale do Ribeira se criou o MOAB, que era o Movimento dos Ameaçados por Barragens. No Paraná se criou uma organização que se chamava CRABI, que era uma Comissão regional dos atingidos por Iguazu [Itaipu]. Então, em cada lugar ia se criando comissões regionais e que depois, desse conjunto de organizações que foram sendo fortalecidas intencionalmente por esse conjunto de organizações existentes anteriormente, é que se deu a possibilidade da construção de um movimento de caráter nacional.²⁴⁵

A ideia de um movimento mais amplo, de caráter nacional, passou a existir a partir do momento em que se reconheceu que os problemas eram os mesmos em diferentes partes do país e que o tratamento recebido dos órgãos estatais também era o mesmo. A identidade do movimento foi então definida a partir do conceito de “atingido” - que descreve os impactos diretos e indiretos recebidos pela população nas áreas de construção das barragens e áreas de alagamento (Reis; Scherer-Warren, 2007; Reis, 2012).

Os movimentos deixaram de ter um âmbito local passaram a uma articulação regional e nacional e desenvolveram uma articulação comum, principalmente, abordando três pautas em sua trajetória. A primeira delas se relaciona à reparação das consequências sociais negativas para as populações atingidas pelas barragens e com as formas de resistência dos atingidos que se caracterizaram, durante o regime autoritário, por reivindicações de reassentamentos ou indenizações justas por suas terras e benfeitorias, como nos casos das barragens de Sobradinho,

²⁴⁴ “200 presos em Tucuruí na visita de Figueiredo”. *Revista Resistência*. Belém, Pará, julho de 1981. Ano IV n. 27.

²⁴⁵ Entrevista realizada para esta pesquisa em 21/03/2017, na sede do MAB, em São Paulo.

Moxotó e Itaipu; a segunda se relaciona às consequências no meio ambiente impactado pelas obras das hidrelétricas, e a terceira se relaciona às consequências do modelo energético brasileiro e a necessidade de modificações nesse modelo (Reis, 2012).

Esses movimentos, paralelamente aos movimentos de trabalhadores sem-terra e as ligas camponesas, por exemplo, revelaram ao país o estado de tensão e injustiça a que estavam submetidos os trabalhadores do campo brasileiro.

Os participantes do MAB buscavam a valorização da sua dignidade, na luta contra o que consideram injustiças sociais, econômicas e ambientais das quais são vítimas.

Ao longo dos anos o MAB cresceu e ganhou força, credibilidade e representatividade, se legitimando junto à população e junto ao poder público. Essa legitimidade pode ser atestada pelo impacto na redação de leis e na interferência nas decisões estatais, haja vista, por exemplo, a legislação de Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que prevê a realização de Estudos de Impacto Ambiental para a construção de barragens, que data de 1986.²⁴⁶ A Eletronorte instituiu um Departamento de Meio Ambiente em 1987.

No final da década de 1990, foi organizado o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba, no Paraná, demarcando o alcance global desse Movimento. De três em três anos são realizados congressos nacionais que reúnem representantes de todas as regiões mobilizadas para ampliar o debate e fazer intercâmbio das experiências vivenciadas em cada região.

O MAB tem uma “logomarca” (figura 33) e se utiliza de várias palavras de ordem para mobilização como “Água e energia não são mercadorias”, “Águas para a vida, não para a morte”, “Terra sim! Barragem não!”. O movimento também realiza passeatas e manifestações públicas que têm como objetivo aumentar a visibilidade do Movimento e fortalecer as articulações e as negociações com os setores industriais e também com os governos para que os cidadãos, participantes do Movimento ou não, tenham garantias de que seus direitos sejam respeitados.

No que se refere ao impacto mais visível em relação à constituição da *waterscape*, Luiz Dalla Costa cita alguns exemplos de projetos ou obras que foram modificadas ou paralisadas graças à atuação do MAB:

²⁴⁶ As resoluções do CONAMA que definem as regras para os relatórios de licenciamento trazem também o seu aspecto negativo dando abertura para que as mesmas empresas realizem os estudos de impacto ambiental e os projetos de compensação ambiental. Criou-se, dessa forma, uma indústria do EIA/RIMA no Brasil.

No Vale do Ribeira em SP, onde há resistência dos ameaçados e atingidos, Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatal, nenhuma foi feita.

A Barragem de Machadinho no Rio Uruguai (RS e SC), o projeto original foi modificado fruto da luta [...]; a Barragem de Itapiranga (RS e SC) até hoje não foi construída. A Barragem de Garabi e Panambi, não foram realizadas e os projetos foram modificados. Barragem de Belo Monte [cujo projeto data da ditadura militar] teve projeto original modificado. As Barragens de Pedra Branca e Riacho Seco - entre Bahia e Pernambuco até hoje não foram construídas.

O que chama a atenção na atual atuação do MAB, no entanto, é que, embora a questão do acesso à água esteja entre as pautas do Movimento, eles não participam dos Comitês de bacia hidrográfica e Conselhos de Recursos Hídricos – integrantes do Sistema Nacional de



Figura 33: Logomarca do MAB.

Gerenciamento de Recursos Hídricos –, ainda que esses reservem cadeiras para a participação da sociedade civil organizada. Nas palavras do coordenador nacional do Movimento:

Sobre nossa participação em Comitês de Bacias ou conselhos, houve em alguns poucos casos, mas nunca foram prioridade do Movimento em participar destes espaços institucionais. O que não quer dizer que o MAB não prioriza a questão da água, pelo contrário, somos os moradores mais próximos dos rios e as hidrelétricas só ocorrem porque são a base de água para sua produção, ou mesmo no caso de barragens para o abastecimento humano, industrial etc, onde também atuamos na organização dos atingidos como em Castanhão no Ceará, Acauã na Paraíba.²⁴⁷

Ficou demonstrado que não falta conhecimento sobre os processos de licenciamento de obras hidrelétricas, mas há uma clara resistência de participação nos espaços institucionalizados

²⁴⁷ Entrevista concedida por Luiz Dalla Costa, coordenador nacional do MAB, em 25 de abril de 2016.

do poder, como os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) que, segundo Dalla Costa, são espaços construídos para legitimar as obras que já foram decididas e por não acreditar que essas estruturas não são eficazes formas de promover a participação popular.²⁴⁸ Por sua vez, os empreendedores se utilizam da “estratégia” de participação nos CBHs, enviando pessoal qualificado e preparado com grande potencial de influência e convencimento sobre os demais segmentos participantes.

Para Dalla Costa essas instâncias supostamente participativas são somente uma dissimulação para legitimar as obras e intervenções que já foram decididas e muitas vezes já estão em andamento: “Qual é a consultoria da própria empresa que vai dar parecer contra a empresa? É uma farsa pra legitimar o empreendimento, o sistema, que quer se apropriar dessas bases vantajosas de recursos naturais que o país tem para aumentar as suas taxas de lucro. É para isso que serve. E vai sempre se buscar a legitimação nas instâncias do Estado.”²⁴⁹

Para ele, o grande problema do modelo energético adotado no país é que ele beneficia, com o aval e o financiamento do Estado, os grandes empresários em detrimento dos interesses das populações, o que implica em injustiças na produção e na distribuição da energia produzida.²⁵⁰

Atualmente, o MAB tem entre suas pautas a ampliação da participação do Movimento desde o planejamento dos empreendimentos e tomada de decisões, até a discussão sobre os legados sociais deixados por outros empreendimentos e a luta contra a violação de direitos das populações atingidas por barragens.

Em novembro de 2011, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) divulgou o relatório elaborado por uma Comissão Especial do CDDPH, que analisou durante quatro anos, as denúncias de violações de direitos humanos na implantação de barragens no Brasil.

Segundo o relatório, “os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2011:13). Foram constatadas, no estudo realizado, violações sistemáticas em 16 direitos humanos básicos, como o direito à informação e à participação; direito de moradia; direito à

²⁴⁸ Entrevista com Luiz DallaCosta em 21 de março de 2017.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Entrevista concedida por Luiz Dalla Costa, coordenador nacional do MAB, em 25 de abril de 2016. Como exemplo disso pode-se citar que, atualmente, a indústria consome sozinha cerca de 50% de toda a energia produzida no Brasil, mas paga mais barato por quilowatt gerado que as casas (MAB, 2004).

plena reparação de perdas; direito de ir e vir; direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; direito à liberdade de reunião, associação e expressão; etc.

Também segundo o relatório, crianças e adolescentes, idosos, mulheres, particularmente as chefes de família, e portadores de deficiência são atingidos de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida e, por isso, “têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens” (CDDPH, 2011:54).

O Movimento pleiteia a criação de uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens, com a criação de um órgão específico responsável pelas negociações e um fundo específico para reparações.

A gente tem feito uma luta grande para ter uma política de direitos [dos atingidos por barragens]. Sabe o que eles nos disseram no Ministério de Minas e Energia? Que não podia ter uma política de direitos, porque isso afugentava os investidores. Ou seja, para que os investidores façam muito dinheiro tem que ter violação de direitos.²⁵¹

O Movimento dos Atingidos por Barragens se constituiu como um lugar público e autônomo de luta, dando ao mesmo tempo um conteúdo reconhecível à população e ganhando legitimidade e representação social. Desse modo, o Movimento ressignificou o cotidiano, o que se nota, em alguns momentos de afirmação dos sentidos implicados nessa postura combativa adotada diante de circunstâncias tão precárias. “A forma organizativa do movimento é para que hajam instâncias de deliberação, de debate, a partir de um debate de caráter nacional, que possibilite a mais ampla participação da população atingida no movimento. Esse é o objetivo central.”²⁵²

CONCLUSÃO

A área inundada para a construção de barragens no Brasil soma quase quatro milhões de hectares de terras produtivas e o número de pessoas desalojadas em função dessas inundações passa de um milhão (Zhourí; Oliveira, 2007). Pode-se antever as dimensões do conflito, dados os atores sociais e os interesses envolvidos – sociedade civil, governos em todas as esferas, setores industriais e empresariais, entre outros.

Uma distinção analítica mais fundamental, no entanto, se relaciona aos confrontos entre as forças socioeconômicas e políticas à frente da expansão e consolidação das relações

²⁵¹ Entrevista com Luiz DallaCosta em 21 de março de 2017.

²⁵² *Idem.*

capitalistas, sobretudo, por meio do processo de mercantilização da água e dos diferentes modos de resistência contra o avanço das formas capitalistas de gestão da água e de governança, que seguem uma ampla gama de estratégias (Castro, 2008).²⁵³

O desenvolvimentismo militar brasileiro, ao não computar a participação democrática e não patrocinar, por consequência disso, a institucionalização de estruturas que pudessem dar conta das pressões pela ampliação da cidadania política e social, criou uma máquina de favorecimento de relações desiguais em nome da segurança nacional e do desenvolvimento.

Na fala dos moradores reunidos na assembleia de Santa Helena, em 1979:

[...] Compreendemos, por outro lado, aqueles que defendem a empresa de ITAIPU, pois ganham para isso. Contudo, esta defesa jamais deveria ser feita com artifícios como soberania nacional, interesses nacionais e etc. Pois, aqueles que cuidam do amanhã da terra, estão mais que quaisquer outros a serviço de interesses nacionais. São os verdadeiros soldados que podem garantir a soberania nacional. Eis que uma atenção especial deveria ser reservada aos mesmos.

De que valeria a HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, de que valeria um aposento todo iluminado se a mesa não for farta? Prioridades? Sim, o BRASIL precisa de prioridades e nada neste momento exige tanta prioridade quanto o desenvolvimento agrícola para que o homem rural possa desenvolver o seu trabalho com dignidade e respeito.²⁵⁴

Naquele período, a ideia era que a iniciativa privada deveria atuar em todos os setores rentáveis e o Estado deveria atuar em atividades deficitárias, mas necessárias ao desenvolvimento econômico (Fiori, 1994). O que fica claro ao ler os relatos e conversar com as pessoas envolvidas nos movimentos sociais é que o Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações sociais.

As contradições se afirmam de diferentes formas. No relatório da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu Binacional sobre a assembleia dos lavradores da área de Itaipu – Santa Helena/PR, de 1979, Nelton Friedrich, então deputado estadual do Paraná pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), teria se pronunciado duramente contra Itaipu e contra o INCRA. No entanto, em 2013, ele foi diretor-geral da Itaipu Binacional.

As terras que foram demarcadas na região amazônica são, ainda, alvo de grileiros e madeireiros, que expulsam e matam os beneficiários das terras distribuídas pelo INCRA, com

²⁵³ A água, aliás, é agora considerada uma *commodity* e está sendo comprada por grandes bancos internacionais como Goldman Sachs, JP Morgan Chase, Citigroup, UBS, Deutsche Bank, Credit Suisse, Macquarie Bank, Barclays Bank, Blackstone Group, Allianz e HSBC (Jo-Shing Yang, 2018).

²⁵⁴ Itaipu Binacional, Assessoria Especial de Segurança e Informações. Assembleia dos lavradores da área de Itaipu – Santa Helena/PR. 07/05/1979. (Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC_ACE_1798_79).

a finalidade de adensar a população da região. No Pará, em média 14 pessoas são assassinadas por ano em razão dos conflitos agrários (Paula, 2012). Várias lideranças de movimentos pelo direito à terra estão sob a proteção do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, parceria entre a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, criado em 2006, em diferentes estados da região.²⁵⁵

Um estudo realizado pelo governo federal no estado do Pará analisou 219 casos de assassinato no campo relacionados a disputas por terras e recursos naturais ocorridos entre 2001 e 2012. Desses assassinatos, somente 2,2% tiveram algum tipo de providência jurídica ou policial ou algum tipo de condenação (Paula, 2012).

O MAB e outros movimentos de resistência figuram, dessa forma, como uma declaração dos absurdos gerados pela lógica capitalista e desigual que, muitas vezes, se apropria de bens comuns essenciais para a vida da população, priorizando a execução ou a manutenção de atividades econômicas. Como afirma Novoa Garzón (2014) para o caso recente da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte “[...] o mesmo método da ditadura militar é reproduzido agora em um discurso democrático e participativo e produz os mesmos efeitos desastrosos sobre os mesmos segmentos.”

²⁵⁵ “Eles vão me matar”. *Carta capital*. 06/03/2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eles-vaio-me-matar/>. Acesso em 12/01/2019.